

Contrarrevolução e ditaduras na América Latina: elementos para uma periodização do processo político latino-americano pós-1964.

Renato Luis do Couto Neto e Lemos.

Cita:

Renato Luis do Couto Neto e Lemos (2011). *Contrarrevolução e ditaduras na América Latina: elementos para uma periodização do processo político latino-americano pós-1964*. IX Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-034/741>

CONTRARREVOLUÇÃO E DITADURA NO BRASIL: ELEMENTOS PARA UMA PERIODIZAÇÃO DO PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO PÓS-1964¹

Renato Luís do Couto Neto e Lemos

Professor do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

renato.lemos@ig.com.br

Resumo:

Esta comunicação relaciona a caracterização geral dos regimes políticos implantados na América Latina a partir de 1964 com a percepção das suas grandes conexões históricas. A espinha dorsal desses regimes é constituída pela orientação contrarrevolucionária: reativa, quando percebida uma ameaça real de revolução; preventiva, em sentido estratégico, para reduzir as possibilidades de tais ameaças surgirem.

Tais regimes condensam significações situadas em temporalidades diferentes. A sua historicidade pode ser investigada com a perspectiva das durações históricas proposta por Fernand Braudel, que identifica um tempo longo – o das estruturas –, um tempo médio – o das conjunturas – e um tempo breve – o da história imediata. Naturalmente, será preciso adaptar o modelo às durações de sociedades capitalistas hipertardias, periféricas e dependentes.

A implantação de tais regimes pode ser datada com certa precisão em seu início, mas as vertentes político-ideológicas que os produziram e nortearam, não. A sua dinâmica contrarrevolucionária esteve associada a forças e concepções políticas enraizadas em tempos bem mais amplos do que o do regime propriamente dito. As crises que ensejam os golpes de Estado que lhes deu início constitui um cruzamento explosivo de fatores de longo, médio e curto prazos ligados a um processo cujas datas-limites é difícil precisar: são muito anteriores à ruptura institucional e, com certeza, posteriores ao fim do regime ditatorial.

Palavras-chave:

Brasil, Contrarrevolução, Ditadura, Política brasileira pós-1964, Periodização da história brasileira, Golpe de 1964.

CONTRARREVOLUÇÃO E DITADURA NO BRASIL: ELEMENTOS PARA UMA PERIODIZAÇÃO DO PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO PÓS-1964

Os elementos explicativos da significação histórica do golpe burguês-militar de 1964 e do regime ditatorial que a partir dele se construiu, bem como da sua dinâmica, devem ser buscados no cruzamento de fatores de longo, médio e curto prazos no período 1914-1989.² Pode-se seguir Fernand Braudel na percepção de que os processos históricos são plasmados em condições históricas diferenciadas no tempo, porque de durações variadas. A sua abordagem dos “três tempos” é útil para a tentativa de captar essa dinâmica diferenciada: “Cada ‘atualidade’ reúne movimentos de origem e de ritmo

diferentes: o tempo de hoje data simultaneamente de ontem de anteontem, de antanho” (Braudel, 1976: 29).

A ‘atualidade’ que analiso poderia ser vista como parte do “longo século XX” de Arrighi, que localiza no último quarto do século XIX as “estratégias e estruturas de acumulação de capital que moldaram nossa época” (Arrighi, 1996: 247). Ou como o próprio “breve século XX” de Hobsbawm, para quem a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) “assinalou o colapso da civilização (ocidental) do século XIX” (Hobsbawm, 1995: 16). Para os fins desta análise, o marco da Primeira Guerra Mundial é adequado. É verdade que, enquadrado na sua “longa duração”. Naturalmente, a abordagem braudeliana será usada livremente, adaptada à temporalidade de uma formação social que ingressou na economia mundial no século XVI e viveu a condição de colônia por mais de três séculos. O meu objeto – o golpe de 1964 e o regime ditatorial – apresenta características derivadas de mecanismos básicos situados em tempos anteriores: o processo de acumulação capitalista em escala mundial e a internacionalização da luta de classes. Mas, tais mecanismos assumem novos conteúdos na conjuntura histórica que se inicia com a Primeira Guerra Mundial – em especial pela ocorrência da Revolução Russa em 1917, visceralmente ligada às condições da guerra –, que serve, por isso, como marco inicial de um novo momento histórico, que se encerrará com a crise do mundo socialista na década de 1980.

Tempo longo: 1914-1989

No decurso destes anos, que interessam à análise por assistirem a mudanças estruturais, um dos elementos que os perpassam é a trajetória do par democracia-liberalismo. Desde a década de 1890, pelo menos, o caráter liberal da democracia nos países capitalistas centrais vinha sendo contrastado por fatos e ideias, à esquerda como à direita. A consolidação do capitalismo monopolista pressionava a forma liberal-democrática do Estado capitalista. Tais ideias repercutiam no Brasil, combinando-se com elementos da crítica que se fazia à organização republicana derivada da Constituição de 1891. Embora não viesse a recuperar, até hoje, suas posições integrais, essa ideologia tem demonstrado grande vitalidade, atuando nas disputas por hegemonia, mesmo quando a correlação de forças nacionais e internacionais lhe é absolutamente desfavorável, como nas décadas de 1930-1940 e entre 1964 e 1989.

Com a revolução socialista na Rússia, em 1917, o cenário político-ideológico mundial é enriquecido com um novo elemento. Até então, o socialismo era, basicamente, um horizonte ideológico que servia de referência a pensadores e militantes, interessados em manter ou em revolucionar o sistema social capitalista. A derrubada do czarismo e a ascensão dos bolcheviques ao poder na Rússia fizeram disparar o alarme da burguesia. Daí para frente, o socialismo, como possibilidade real ou como espectro, passaria a constar, explícita ou tacitamente, favorável ou desfavoravelmente, de todos os programas políticos. O Brasil como, de resto, outros países de capitalismo hipertardio, conheceu o anticomunismo antes mesmo de possuir uma classe operária. Depois da tentativa frustrada de revolta da Aliança Nacional Libertadora, liderada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), o anticomunismo ganharia nova faceta graças à mística militar que o fazia um dos elementos mais importantes da crise dos anos 60 e do regime ditatorial. A chamada crise

do socialismo real na década de 1980 amainaria o anticomunismo no Brasil, mas ele ainda se encontra no discurso de segmentos militares e nas preocupações estratégicas de defesa nacional.

A Primeira Guerra Mundial é um marco na história brasileira também do ponto de vista das estruturas econômicas. Não há um consenso entre os especialistas quanto ao impacto do conflito sobre a economia brasileira, mas há fortes indicadores de que o período foi de crescimento industrial acima da média. Independentemente de se tratar de um surto, espasmo ou processo industrializante, o fato é que a comparação entre os dados do Censo de 1920 e o de – já que não se procedeu a recenseamento na década de 1930 – 1940 indica poderosas linhas de transformação na base da sociedade brasileira. A participação da agricultura e da indústria na geração do PIB (Produto Interno Bruto) se aproxima de um equilíbrio, que seria rompido em fins da década de 1960, em favor da segunda. A participação das populações rural e urbana na população total seguiu o mesmo padrão. Diversificação econômica no sentido industrial e deslocamento demográfico rumo às cidades médias e grandes resultam em reorientação do processo de urbanização, que caminha para a consolidação do perfil urbano-industrial a partir da década de 1960.

O crescimento e a concentração da classe operária, em especial, ensejaram o questionamento dos mecanismos de controle do conflito capital-trabalho criados ainda durante o Estado Novo, mas preservados pelo regime democrático que o seguiu. O golpe teve, entre outros sentidos, o de recolocar essa classe em seu lugar político, enfraquecendo sua representação a partir da base, principalmente com a substituição do instituto da estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Modificações na legislação trabalhista, sempre no sentido de redução de direitos, continuaram sendo tentadas, sob a justificativa de que direitos em excesso representam elevação do “custo Brasil”.

No plano do sistema político, o primeiro pós-guerra já registrava a pressão dos setores urbanos intermediários e do operariado em crescimento. As formas de dominação política classista resultantes da combinação dos padrões pré-República – dependência pessoal, ameaça de capangas, voto a descoberto, fraudes várias etc. – mantidos pelo novo sistema político, com a estrutura federativa que proporcionava autonomia quase total aos proprietários da terra – principal fator de produção na economia de então – apresentaram pequena capacidade de incorporação de elementos externos ao mundo rural e seus aliados urbanos históricos – comerciantes de exportação e importação, agentes financeiros etc. A emergência de novos agentes políticos, em consequência do crescimento e da diversificação industrial, explica importantes aspectos das crises nacionais da década de 1920, principalmente as manifestações políticas de segmentos militares e as dissidências regionais entre as classes dominantes. Neste plano, a trajetória ulterior das disputas políticas no país tenderá a seguir o processo de urbanização da economia e das populações: assim como a agricultura e a população rural não desapareceram, o poder das classes dominantes vinculadas ao campo também sobreviveu, em aliança com setores urbanos progressivamente fortalecidos. Tal aliança constitui, de resto, um dos elementos centrais da crise geral da sociedade brasileira na primeira

metade da década de 1960. A integração econômica mundial e o aprofundamento da dependência durante o regime ditatorial pós-1964 não a tornaram insignificante.

Tempo médio (1945-89)

Este tempo se inicia com o segundo Pós-Guerra Mundial e é o da internacionalização do conflito EUA x URSS como expressão da luta capitalismo x socialismo. A formação de duas regiões, ou blocos, em torno dos dois regimes sociais o distingue do pós-Primeira Guerra Mundial, que revelou o surgimento do primeiro país socialista.

O Brasil se inseriu na chamada Guerra Fria integrando o bloco capitalista. Nesta condição cumpriu funções de reafirmação do capitalismo e de combate ao comunismo. De 1945, quando Getúlio Vargas foi derrubado – em grande medida, por ter-se aproximado politicamente dos trabalhadores com apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – até o fim do período, a divisão de trabalho típica da Guerra Fria constrangeria a agenda política das classes dominantes brasileiras.

O nacionalismo, o reformismo e o anticomunismo deram a tônica do período no país. Em torno destes três elementos, articulando-os de forma diferente, formaram-se campos políticos.

Um campo civil-militar nacional-popular articulou o varguismo – entendido como a esfera de influência da figura de Getúlio Vargas, mesmo depois de morto – o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), segmentos militares – oficiais e subalternos – nacionalistas, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) etc. Neste campo constituiu-se uma zona de interseção de vários matizes do nacionalismo com o reformismo, aliado frequentemente ao PCB.

Em oposição e, em grande medida, em função dele, um campo civil-militar liberal e integracionista articulou o antivarguismo – difuso e mais amplo do que a esfera partidária –, a União Democrática Nacional (UDN), partidos menores e segmentos da oficialidade militar. Neste campo, a defesa do liberalismo econômico combinou-se com o anticomunismo para engendrar um antiliberalismo político, traduzido na vocação golpista da UDN e na identificação com entidades defensoras de reformas da democracia em sentido elitista e antipopular, como a Escola Superior de Guerra (ESG).

Iniciou-se em 1946, com as eleições presidenciais, a série de fracassos das forças políticas do campo liberal no intento de deslocar do poder, por métodos legais, setores que promoviam, em alguma medida, interesses materiais e sociais dos trabalhadores, em especial aqueles associados à figura de Getúlio Vargas. Ainda que o presidente Eurico Dutra (1946-1951) se tenha identificado com o clima de liberalismo econômico de pós-guerra e de anticomunismo da Guerra Fria, sua base de sustentação político-partidária estava no campo do varguismo. As crises eleitorais de 1950 e 1955 constituíram tentativas de “golpe legal”, escudado em questões de hermenêutica constitucional.

Entremearam-se com crises político-militares em 1954 e 1961, quando setores militares do campo liberal fracassaram na tentativa de chegar ao poder por não se atreverem a provocar a ruptura total da legalidade, o que só aconteceria em 1964.

Por outro lado, já em fins da década de 1940 assistiu-se à inserção da economia brasileira no novo modo de acumulação do capitalismo mundial. Capitaneada pela indústria de bens de consumo duráveis dos EUA, operou-se importante transformação na divisão internacional do trabalho. Em busca da potencialização de lucros, grandes oligopólios deslocaram unidades produtivas para países semi-industrializados, como o Brasil, ou investiram neles em associação com capitais locais, importando de si mesmos a tecnologia e os sistemas produtivos mais avançados. Decorreram daí transformações econômicas com forte impacto na estrutura social e no sistema político. Nas décadas de 1950 e 1960, o aprofundamento da situação de dependência e o surgimento de uma burguesia multinacional e associada pressionaram o sistema político lançado na transição de 1945-46, criando alguns dos principais fatores da crise que levaria ao golpe de 1964. O regime ditatorial e a democracia que se lhe seguiu prepararam o terreno para a hegemonia desse setor econômico-social.

Tempo curto (1960-1964)

A sociedade brasileira entrou na década de 1960 em grave crise política. O regime democrático implantado a partir da crise da ditadura do Estado Novo (1937-1945) e formalizado na Constituição de 1946 demonstrava-se insuficiente para dar conta das novas demandas sociais, em particular aquelas originadas de setores empresariais emergentes – a “burguesia multinacional e associada” – e de segmentos das classes trabalhadoras do campo e da cidade, que desenvolviam novas formas organizacionais de luta reivindicatória e política – as ligas camponesas, as entidades sindicais de abrangência nacional etc.

O projeto para o país defendido pela aliança de classes que vinha sustentando o regime – traduzida partidariamente na coalizão do Partido Social Democrático (PSD) com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – se encontrava ameaçado em, pelo menos, três aspectos. Em primeiro lugar, na sua capacidade de proporcionar a base material para a aproximação política de setores empresariais e trabalhistas. A cessação do crescimento econômico no início da década de 1960 e herança perversa deixada pelo último surto de expansão, associado ao Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) – escalada inflacionária, agravamento das disparidades regionais e sociais etc. –, solaparam as bases de legitimidade da orientação nacional-reformista hegemônica desde o Estado Novo e mantida no regime democrático. Criavam-se oportunidades para avanços na disseminação da principal orientação ideológica concorrente, de tipo liberal-integracionista. O golpe de 1964 abriria as portas do Estado brasileiro a essa corrente, que recuperaria a capacidade de acumulação de capital da economia brasileira, visível já em 1968, e evoluiria na construção da sua hegemonia sobre a sociedade

brasileira, cujo marco simbólico pode ser encontrado na eleição do presidente Fernando Collor, em 1989.

Em segundo lugar, pelas crescentes pressões internacionais contra suas nuances nacionalistas e reformistas, processadas, diretamente, pela ação do governo dos Estados Unidos da América por meio, por exemplo, da política de “ilhas de sanidade” e, indiretamente, pela ação de aparelhos político-ideológicos como a Escola Superior de Guerra (ESG, 1949), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD, 1959) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES, fins de 1961). A disseminação, na imprensa, no Congresso, na produção literária e editorial etc., da visão de mundo do capital monopolista se fazia de maneira a instrumentalizar as dificuldades econômicas e políticas do presidente João Goulart (1961-1964).

Em terceiro lugar, pelo aprofundamento de transformações que vinham ocorrendo na estrutura das relações sindicais, desde meados da década de 1950, com a retomada das grandes mobilizações de trabalhadores e o surgimento, nas cidades e no campo, de formas organizacionais novas, como as ligas camponesas, voltadas para a luta pela reforma agrária, e entidades sindicais urbanas de âmbito nacional, categoria não prevista na legislação trabalhista e, portanto, ilegais e independentes em relação ao controle estatal exercido pelo Ministério do Trabalho. Em particular, entre 1962 e 1964, a crise econômico-social impulsionaria o movimento sindical na rota de colisão com a estrutura legal de controle do conflito capital-trabalho herdada do Estado Novo, trazendo insegurança para o empresariado como um todo.

A crise interna vivida no Brasil entre 1960 e 1964 foi sobredeterminada pela crise da dominação imperialista na América Latina, com a eclosão da Revolução Cubana em 1959 e o anúncio da sua orientação socialista, em 1961. A prevenção da possibilidade de expropriação da propriedade urbana e rural, de substituição das forças armadas regulares por milícias populares, de alçamento de organizações dos trabalhadores ao poder estatal etc. tornaram-se itens do programa contrarrevolucionário de um campo político progressivamente mais nítido. Assim, a propaganda anti-Goulart e anti-democracia populista se alimentou dos temas da contrarrevolução internacional.

A penetração das proposições contrarrevolucionárias internacionais nos meios militares brasileiros foi forte nesse período. A Escola Superior de Guerra (ESG) e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) vinham atuando, desde a década anterior, como núcleos difusores da Doutrina de Segurança Nacional e da Doutrina de Guerra Revolucionária junto, principalmente, à oficialidade das três armas. Nos meios subalternos, em contrapartida, registrou-se um avanço da politização de cabos, sargentos e marinheiros. A Crise da Legalidade (1961) significou, a um só tempo, o enfrentamento entre lideranças militares de orientações diferentes e a intervenção de sargentos da Aeronáutica no sentido de impedir que oficiais executassem ordens de bombardeio. Os notórios episódios conhecidos como Revolta dos Sargentos, em setembro de 1963, e Revolta dos Marinheiros, em março de 1964, foram outros capítulos da progressiva politização de camadas subalternas da

hierarquia militar que jogariam importante papel na definição do desfecho golpista da crise em 1964.

A primeira evidência forte da crise do regime político foi a eleição de Jânio Quadros para presidente da República, em 1960. Tendo feito uma campanha nucleada em temas aparentemente apertados – corrupção etc. –, Jânio apresentou-se como um candidato acima dos partidos, indicando que estes estavam tendo questionada a sua capacidade de representar os interesses de suas bases tradicionais. A eleição de João Goulart para vice-presidente também indicou um curto-circuito no regime, estimulado pela regra eleitoral que permitia o voto em candidatos de chapas diferentes para presidente e vice-presidente.

Embora se pudesse dizer que a vice-presidência não era cargo de grande peso político, o episódio da derrubada de Getúlio Vargas, na forma do seu suicídio em agosto de 1954, quando assumiu um vice-presidente de orientação política contrária, era um caso a tomar como alerta. Movimentações político-militares entre agosto de 1954 e novembro de 1955, culminadas, neste mês, com o chamado contragolpe legalista chefiado pelo general Henrique Lott, resultaram, em grande medida, da inclinação antivarguista de seu vice, João Café Filho, representante do Partido Social Progressista (PSP), mas em dissidência com seu chefe, Ademar de Barros. Da mesma forma, as tentativas golpistas perpetradas por oficiais da Aeronáutica em 1956 e 1959 contra Kubitschek, que mancharam a hoje tão decantada estabilidade política do seu governo.

Portanto, a eleição de um presidente “acima” dos partidos e de um vice-presidente de outra legenda, sugere que o sistema de representação das classes sociais vivia um momento de desgaste, o que se confirma pelo crescimento, no Congresso Nacional, do peso da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e da Ação Democrática Parlamentar, órgãos suprapartidários que de fato coordenavam a ação dos representantes políticos das classes sociais.

A crise do regime político se evidenciou, também, nas fortes campanhas por reformas constitucionais patrocinadas pelos dois campos políticos. Aglutinadas, grosso modo, na plataforma das Reformas de Base propostas pelo presidente Goulart e no programa do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), aparelho subversivo do capital multinacional e associado, os itens das reformas propostas compunham um leque que ia da alteração da estrutura fundiária ao sistema partidário. Todos, no entanto, ou pelo menos os mais importantes, implicavam reformas constitucionais.

Para as classes dominantes, que executaram o golpe em 1964, o problema transcendia o governo de Goulart, localizando-se no próprio regime político, ou seja, na forma de exercício da dominação de classe. Enquanto a democracia balizada pela Constituição de 1946 foi um jogo restrito aos seus representantes políticos, diretos ou indiretos, foi uma forma de dominação satisfatória. Ameaçada, contudo, pela crescente ativação popular nas ruas, nos campos e no Parlamento, as classes dominantes recorreram ao seu repertório de alternativas estratégicas, onde se destacava a democracia forte e elitista, mais

conveniente às necessidades do capital multinacional e associado e adequada a um mundo em que a ideia democrática era o referencial legitimador da dominação política aceitável. Para chegar a ela, contudo, foi necessário aceitar que, por meio do golpe em 1964, ajustassem contas com o governo forças políticas das mais diversas naturezas, todas integrantes da frente golpista: facções militares, candidatos civis a presidente nas eleições de 1965, entidades tradicionalistas, udenistas historicamente frustrados em suas ambições de poder etc.

Referências

Arrighi, Giovanni. 1996. *O longo século XX. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP.

Braudel, Fernand. 1976. “A longa duração”. In: _____. *História e Ciências Sociais* (pp. 7-70). 2ª ed. Trad. Carlos Braga e Inácia Canelas. Lisboa: Presença.

Hobsbawm, Eric. 1995. *A era dos extremos. O breve século XX*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras.

Lemos, Renato. (2004). “Justiça Militar e processo político no Brasil (1964-1968)”. In: *1964-2004. 40 anos do golpe. Ditadura militar e resistência no Brasil* (pp. 282-289). Rio de Janeiro: FAPERJ; 7Letras.

¹ Esta comunicação informa resultados parciais de pesquisas sobre a ditadura brasileira pós-1964 em curso no Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Incorpora, também, notas de aula da disciplina “Ditadura militar e política – historiografia e história”, que venho ministrando a alunos de graduação e pós-graduação da UFRJ, e externos a ela, há cerca de dez anos. Essa natureza explica o seu caráter híbrido de esquemático e ensaístico.

² Incorporo, aqui, considerações feitas em Lemos, 2004: 282-289.